

ALCOVA, LATA D'ÁGUA E BANHEIRO NA RUA: ARQUITETURA, CIDADE E ESPAÇO DOMÉSTICO NA CAMPINA GRANDE (PB) DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Marcus Vinicius Dantas de QUEIROZ

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

Resumo

Investiga os usos e as formas de produção da *arquitetura* e do *espaço doméstico* da cidade de *Campina Grande*, interior da Paraíba, das primeiras décadas do século XX, em momento anterior à intensificação de um processo de reformulação urbana pautado nos ideais de higiene, circulação e embelezamento empreendido ao longo dos anos 1930 e 1940. Através de fotos, relatos, memórias, crônicas, legislações, projetos arquitetônicos e petições para se construir na cidade da época, o objetivo é compreender como eram as edificações e, mais precisamente, o ambiente doméstico antes da instauração do morar moderno, quando a habitação surge vinculada a equipamentos e a uma infra-estrutura urbana compatível com as novas dimensões e funções da cidade moderna. Em um primeiro instante, estuda o aspecto externo das edificações e as suas relações com os espaços públicos. Em seguida, analisa o interior das construções, fazendo uma leitura das suas espacializações, usos e interlocuções estabelecidas com o urbano.

Palavras-chave: Arquitetura. Espaço doméstico. Campina Grande (PB).

GRUPO DE TRABALHO: HISTÓRIA, CULTURA E CIDADES

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barboza de Souza - UFCG

ALCOVA, LATA D'ÁGUA E BANHEIRO NA RUA: ARQUITETURA, CIDADE E ESPAÇO DOMÉSTICO NA CAMPINA GRANDE (PB) DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz*

Esse texto busca recuperar os usos e as formas de produção da arquitetura e do espaço doméstico da cidade de Campina Grande, interior da Paraíba, das primeiras décadas do século XX, em momento anterior à intensificação de um processo de reformulação urbana pautado nos ideais de higiene, circulação e embelezamento empreendido ao longo dos anos 1930 e 1940. Atreladas a um contexto maior de modernização das cidades brasileiras, tais iniciativas tiveram como intuito resolver (ou minimizar) uma série de questões surgidas ou agravadas com o rápido crescimento do município a partir do dinamismo econômico verificado em princípios do século XX, com a instalação da ferrovia: adensamento demográfico, insalubridade de ruas e moradias, problemas de abastecimento de água e coleta dos esgotos, mistura de usos e funções, reprodução de habitações precárias, vias incompatíveis com as novas velocidades e necessidades de circulação dos transportes mecanizados.

Através de fotos, relatos, memórias, crônicas, legislações, projetos arquitetônicos e petições para se construir na cidade da época, apresentadas à antiga Diretoria de Obras do Município, o propósito é caminhar por um conjunto urbano ainda herdeiro de formas coloniais de produção e apropriação do edifício e dos espaços públicos. Objetivamos compreender como eram as edificações e, mais precisamente, o ambiente doméstico antes da instauração do morar moderno¹, quando a habitação surge vinculada a equipamentos e a uma infra-estrutura urbana compatível com as novas dimensões e funções da cidade moderna. Interessa-nos investigar, por exemplo, como eram as construções antes das exigências por ar e luz em seu interior, como as pessoas gerenciavam as necessidades dos seus corpos antes da instalação das redes mecanizadas de abastecimento de água e coleta dos esgotos, com a conseqüente difusão das

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Esse artigo apresenta parte dos resultados do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulada *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*, que foi orientada pela Prof. Dra. Maria Ângela Bortolucci e contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ Cf. Correia (2004).

bacias sanitárias, e como os moradores e todos esses conteúdos urbanos e arquitetônicos se relacionavam e interagiam entre si.

As construções para os espaços públicos

O aspecto das construções de Campina Grande ao adentrar os anos 1930 refletia as próprias condições de evolução da cidade ao longo do tempo, de um núcleo que durante a Colônia e o Império teve limitada importância econômica, social e política dentro do contexto regional e que, portanto, com uma ou outra exceção, não possuía grandes exemplares de arquitetura urbana remanescentes desse período². Almeida (1962, p.126) registra que, desde 1821, as cidades de Areia e Mamanguape (interior da Paraíba), na época mais ricas do que Campina Grande, importavam de Portugal, para revestimento e ornamentação dos seus sobrados (todos já com janelas envidraçadas e varandas de ferro com avanço para o exterior), azulejos coloridos e louças em forma de animais, entidades mitológicas e vasos floridos para colocação nas cimalthas; novos materiais cuja importação foi intensificada com a integração do país ao mercado mundial a partir da abertura dos portos (1808) e que proporcionaram avanços construtivos na arquitetura brasileira³. Câmara (1943, p.78, 87-88) mostra que, por volta de 1850, Sousa e Pombal, menores e com vida mercantil inferior a Campina Grande, eram mais bem edificadas do que esta, fator que despertou a admiração dos habitantes da capital paraibana para o bom gosto das populações dessas duas cidades e, também, de Areia e Mamanguape, devido aos seus “sobrados largos de azulejo, em beira e bica, à moda de Lisboa e Porto”. Enquanto isso, na década de 1860, o núcleo urbano campinense, ainda Vila Nova da Rainha, era um “agregado de casinhas mal construídas”, de “aspecto “triste”

sem auxílio provincial, desprezada, ainda há pouco tempo, dos seus fazendeiros, habitada por artífices e mercadores pobres, não podia ter melhor feição arquitetônica. [...] ainda em 1864, Campina não possuía sequer um único prédio de mais dum pavimento, pois como tais não poderiam ser tomados os coros das igrejas, a sala livre, sistema água furtada, da cadeia ou o sótão do Comércio Velho, únicos edifícios de então que se destacavam da paisagem urbana [...]. As casas, na maioria, tinham tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semicírculo; paredes de tijolo de grandes dimensões; terças e cumeeira de madeira grossa apoiadas sobre esteio embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua etc. Ainda não havia gelosias e as portas e janelas,

² Dentre as exceções, a Casa de Câmara e Cadeia (1814), o sobrado de Francisco Maria de Souza Gouveia (1877), o Paço Municipal (1877) e as igrejas do Rosário e da Matriz. Mesmo sendo exemplares significativos dentro do contexto local, esses edifícios distanciavam-se em tamanho e qualidade, imponência e requinte, da arquitetura desenvolvida em muitas capitais do país no mesmo período, inclusive em João Pessoa.

³ Sobre o assunto, ver Reis Filho (1970, p.37-38).

de madeira aplaianada, eram pintadas bizarramente. Bizarra também a pintura das fachadas (CÂMARA, 1943, p.87-88).

As edificações só ganharam maior solidez, usando a expressão de Câmara, com a elevação da vila à condição de cidade (1864) e a conseqüente intensificação da sua vida urbana. Bacharéis passaram a residir na cidade e alguns fazendeiros se inclinaram para construir suas residências urbanas. A reforma dos templos religiosos (Igreja da Matriz e do Rosário), a construção de edifícios públicos (Cadeia Nova, Casa de Caridade, Grêmio de Instrução e Paço Municipal) e algumas iniciativas particulares de maior vulto, como a construção de um sobrado largo e azulejado na praça Epitácio Pessoa (em 1877, propriedade de Francisco Maria de Souza Gouveia, depois pertencente à família Lauritzen), garantiram melhor feição arquitetônica ainda no século XIX, refletindo o grau de importância que o núcleo urbano passou a ter. Contudo, a mão-de-obra continuava precária. O Paço Municipal, por exemplo, um dos edifícios de maior impacto e importância para a cidade no final do século XIX, segundo Almeida (1962, p.165), foi construído por uma frente de trabalho formada por retirantes da grande seca de 1877 que acorreram a Campina Grande (ALMEIDA, 1962, p.165-174), certamente pouco qualificados para a execução de detalhes construtivos mais elaborados (imagens 1, 2 e 3).



1. Igreja Matriz (Catedral Nossa Senhora da Conceição) 2. Igreja do Rosário 3. Paço Municipal (1877). **Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.

Em maior ou menor medida, as igrejas e o paço traziam claramente em suas fachadas cuidados de composição arquitetônica, certa preocupação com os aspectos estéticos da construção, algo que não significou, necessariamente, a atuação de arquitetos ou de outros projetistas na cidade. Suas referências se filiavam às manifestações classicizantes da arquitetura brasileira, com a utilização de frontões, balaustradas, vergas em arco pleno,

pilastras e predominância de simetria em plantas e fachadas⁴. Aqui surgiram, tardiamente, alguns elementos construtivos inexistentes no cenário local no ano de 1864⁵, como azulejos, a utilização de madeira serrada e vidro nas esquadrias e os balcões de ferro do sobrado de Francisco Gouveia. Mas essas foram iniciativas isoladas. Grosso modo, as edificações continuavam simples, térreas, implantadas em seus lotes estreitos e compridos, coladas umas às outras, como o conjunto arquitetônico da rua Maciel Pinheiro, habitado por pessoas que “viviam do comércio e de pequenos ofícios, quase todos forasteiros” (CÂMARA, 1947, p.63). Câmara (1947, p.50-51) chegou a dizer que, excluindo o aumento do número de casas e as construções e reformas citadas acima, “a cidade apresentava pequena diferença em 1907 comparada com 1864”, fazendo com que o campinense tivesse inveja dos conjuntos arquitetônicos das outras cidades⁶.

Com o aceleração construtivo desde o começo do século XX, o número de edificações saltou de 731, em 1907, para 4.781, em 1930. Acreditamos que isso representou, majoritariamente, um incremento quantitativo e não qualitativo dos prédios da cidade e, conseqüentemente, do seu espaço urbano. No Brasil, de maneira geral, a instalação de grandes sistemas ferroviários, na segunda metade do século XIX, colocou o interior do país em maior contato com os portos das cidades litorâneas e, daí, com a sociedade industrial européia, o que representou avanços técnicos na nossa arquitetura. “Novos tipos de mercadorias, como máquinas e materiais de construção mais pesados (vigas e colunas de metal, elementos de acabamento, mobiliário, decoração), cuja condução seria impossível com o transporte em lombo de burro, passariam a chegar, com toda facilidade e pela vigésima parte do preço, a essas regiões”, como já chegavam desde o princípio do século, só que em menores proporções (REIS FILHO, 1970, p.148). No caso de Campina Grande, o trabalho de Aranha (1991, p.100) nos mostra que, dentre outros objetos, a Great Western Brasil Railway transportou até a cidade, no ano de 1911, mobília, porcelana, espelhos, cristais e folhas-de-flandres (geralmente utilizadas para confecção de calhas, condutores e algeroz), materiais importados via portos da Paraíba e de Pernambuco.

⁴ Lemos (1987) chama essa produção de Ecletismo Classicizante por entendê-la como o primeiro momento das idéias ecléticas que viriam a se desenvolver em seguida de forma plena. Neoclássico da Província (REIS FILHO, 1970) e Classicismo Imperial (SOUSA, 1994) são, com pequenas nuances, outras denominações da mesma produção.

⁵ Considerando para essa análise a definição que Câmara (1943, 87-88) faz das construções da cidade para o ano de 1864.

⁶ A ausência de maior número de fontes impossibilita uma análise mais acurada sobre as evoluções da arquitetura de Campina Grande entre meados e finais do século XIX, que problematize este quadro quase estático descrito por Câmara.

O acervo iconográfico do começo do século XX flagra construções com maior apuro técnico quando comparada àquela paisagem descrita por Câmara (1943, p.87-88) para o ano de 1864. Agora, os edifícios mais comuns apareciam com melhores esquadrias (com o uso de madeira serrada, e não mais aplainada, e de vidro, possibilitando a entrada de luz nos edifícios mesmo quando portas e janelas estavam fechadas) e utilizando platibandas, o que denunciava o uso de calhas no telhado para impedir o despejo das águas pluviais diretamente sobre a via pública, mudança talvez ocorrida por imposição de legislações municipais ainda no século XIX (imagem 4). Contudo, isso pouco levou a alterações na relação entre a arquitetura e o urbano. Até os primeiros anos da década de 1930, a maior parte das edificações de Campina Grande eram térreas, sem recuos em relação aos limites frontal e laterais do lote e possuíam cobertas simples, de duas águas paralelas ao alinhamento da rua⁷. O rápido crescimento da cidade entre 1907 e 1930, com “sofreguidão pelas construções de afogadilho, como se fosse um acampamento, visando apenas lucros rendosos” (CÂMARA, 1947, p.52), não abriu espaço para maiores inovações na sua arquitetura.



4. Rua Maciel Pinheiro, 1931. A implantação colonial continuou predominando até a década de 1930. **Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.

Poucas foram as edificações que incorporaram recuo frontal ou em um dos lados do lote, levando ao surgimento de jardins, de novos arranjos de plantas e de telhados recortados, mais complexos, transformações que já vinham acontecendo no país desde a segunda metade dos oitocentos e que no final desse mesmo século já eram correntes na arquitetura residencial das áreas de expansão da capital paraibana, geralmente associadas às classes média e rica⁸. Os

⁷ Em estudo anterior, tivemos a oportunidade de quantificar, mesmo que de maneira ainda precária, tais características das construções campinenses: 89% dos edifícios eram térreos, 85% sem recuos em relação aos limites frontal e laterais do lote e 75% possuíam cobertas simples, com cumeeira paralela ao alinhamento da rua (CARVALHO, QUEIROZ E TINEM, 2006).

⁸ Cf. Carvalho e Tinem (2006, p.51-52).

edifícios comerciais e as pequenas fábricas dispostas dentro do perímetro urbano seguiam o mesmo caminho, estendiam-se por quase todo o terreno. Só limitado número de edificações reformadas ou reconstruídas das áreas de ocupação mais antiga, como a rua Floriano Peixoto, e alguns novos prédios erguidos nas regiões de expansão pós-ferrovia, como a rua Irineu Joffily, afastaram-se de um dos limites do lote. Completamente soltas no meio do terreno, apenas algumas residências mais abastadas das ruas 7 de Setembro, Vidal de Negreiros e João da Mata (imagem 5).



5. Palacetes Ecléticos na rua 7 de Setembro, década de 1930. **Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.

Essas últimas eram os palacetes Ecléticos. Até o momento, acreditamos que o surgimento desse tipo de moradia em Campina Grande se deu na década de 1920⁹, aos primeiros sinais de bonança vindos com o incremento econômico local (eletricidade, bondes, primeira tentativa de se criar um sistema de abastecimento d'água e demais melhoramentos da infra-estrutura cidadina) e em consonância com o seu aparecimento na capital¹⁰. A construção de residências urbanas isoladas no terreno já era ensaiada no país desde finais dos oitocentos, com a República e com as exigências dos códigos higienistas em busca de ar e luz para as alcovas, mas só ganhou intensidade com os novecentos. Era a casa da família nuclear, sinônimo de moradia civilizada, burguesa, à francesa. Ao se afastarem dos edifícios laterais, essas casas romperam com o tipo de implantação colonial, ganharam maior liberdade para o arranjo, a iluminação e a ventilação dos ambientes e estabeleceram nova relação com a esfera pública, longe dos olhares da rua e do contato imediato com os vizinhos (REIS FILHO, 1970;

⁹ De acordo com o Prof. Dr. Fábio Gutemberg Sousa (Departamento de História da UFCG), o *Anuário de Campina Grande de 1925* trouxe a imagem de uma residência com essas características construída na rua João da Mata, citada pela publicação como exemplo de moradia elegante campinense. Em debate promovido durante o simpósio temático *A cidade em diferentes olhares – XII Encontro Estadual de História da ANPUH*, Cajazeiras, 28 jul. 2006. Ainda não tivemos acesso ao *Anuário de Campina Grande de 1925*.

¹⁰ Cf. Carvalho e Tinem (2006, p.52-53).

HOMEM, 1996). Eram novas noções de privacidade e conforto, imbuídas dos valores da burguesia emergente, surgidas com o melhoramento da infra-estrutura urbana (em alguns casos, geralmente nas maiores cidades) e com os avanços técnicos e construtivos advindos com a Revolução Industrial¹¹ (REIS FILHO, 1970, p.154; HOMEM, 1996, p.247).

As inovações na disposição do edifício no lote, no arranjo das plantas, nas técnicas e materiais construtivos utilizados e dos mais recentes sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto representaram momento de modernização da arquitetura brasileira. Contudo, não estava vinculado a um estilo arquitetônico próprio. As referências formais poderiam ser várias, de épocas diversas, quase sempre remetendo à arquitetura européia do mesmo período, configurando o que se convencionou chamar de Ecletismo arquitetônico (FABRIS, 1987). Até os anos 1920, o Ecletismo relacionava-se com a idéia de modernidade, configurando o cenário da *Belle Époque* brasileira. Tais manifestações contribuíram para a elaboração da imagem pública desse conjunto de modernizações ocorridas na esfera privada.

Todas essas transformações eram pouco sentidas na Campina Grande do começo da década de 1930. Os palacetes Ecléticos e as residências com alguma inovação técnica ou recuo em relação aos limites do lote eram exceção em um conjunto urbano uniforme, simples, ainda marcado pelas heranças coloniais. Talvez as maiores novidades trazidas pelo século XX tenham acontecido no campo formal, da ornamentação, ou dos enfeites, como chamavam na época. Com as construções, reconstruções e reformas, muitos desses prédios simples ganharam ornamentos nas suas fachadas, típicos da profusão decorativa Eclética. O Ecletismo campinense trouxe poucos avanços técnicos e construtivos da Revolução Industrial e veio desvinculado das exigências higienistas que pediam recuos para a desinfecção dos ambientes ditos insalubres. Não se manifestou com a mesma intensidade que em outras cidades do país, como no Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, São Paulo ou João Pessoa¹².

A simplicidade do conjunto arquitetônico com que Campina Grande adentrou a década de 1930 era resultado da sua própria condição econômica e social, formada por uma pequena elite urbana que, desde os anos 1920, aos primeiros indícios de prosperidade econômica, já

¹¹ Em muitas cidades brasileiras, principalmente nas grandes capitais, esse tipo de moradia surgiu em consonância com a instalação dos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, iluminação a gás ou elétrica e transporte coletivo. Dentre as muitas inovações técnicas e construtivas trazidas com a Revolução Industrial, podemos citar a utilização de telha francesa, papéis de parede, ornamentos pré-fabricados, calhas, condutores, ferro, vidro, lambrequins, madeira serrada para portas, janelas e complexas estruturas de telhado (REIS FILHO, 1970; HOMEM, 1996; CARVALHO e TINEM, 2006; FABRIS, 1987).

¹² Sobre o ecletismo nessas cidades, ver Fabris (1987). Para o ecletismo em João Pessoa, ver Tinem (2006).

começava a se instalar fora das áreas tradicionais da cidade, nos palacetes Ecléticos inviáveis de serem construídos na estrutura de lotes estreitos das regiões de ocupação mais antiga; e por uma maioria pobre, que habitava as casas de taipa e os cortiços, e intermediária (formada por comerciantes e profissionais liberais), moradora da maior parte das construções que se espalhavam por ruas como a Maciel Pinheiro, Floriano Peixoto, Irineu Joffily, Marquês do Herval, João Pessoa e Afonso Campos. Analisemos as construções mais de perto, tomando como exemplo a Maciel Pinheiro.

Como na maior parte da cidade, essa rua formava com a praça Epitácio Pessoa um conjunto urbano monótono, com usos comerciais, residências e de serviços. Os prédios estavam assentados em seus lotes estreitos, compridos e esconsos, sobre o alinhamento regular da rua e colados uns aos outros pelas laterais, configurando compactas massas edificadas e planos contínuos de fachadas. Estas delimitavam a própria rua e a praça, funcionando como únicos elementos de separação entre o que era público e o que era privado. A compactação só era aliviada pelas áreas livres dos quintais de algumas residências, já que outras preferiram suprimi-las para a construção de quartos de aluguel. Alguns edifícios, como o Grêmio Renascença 31, ocupavam todo o terreno. A escala horizontal, de construções térreas, só era quebrada pelo conjunto de sobrados da Praça Epitácio Pessoa e por pontuais edifícios desse tipo que se distribuía ao longo da rua (como a Casa Guerra e o sobrado da família Agra). Predominavam os telhados simples de duas águas com cumeeira paralela à rua, sem os arranjos mais complexos que exigiriam materiais e mão-de-obra mais qualificados. As platibandas estavam presentes em praticamente todas as fachadas frontais e em algumas de fundos, indicando o uso de calhas para a coleta das águas pluviais. As águas da chuva só escoavam dos telhados para vias públicas e quintais nos casos em que não existiam esses elementos, geralmente abrindo valas no chão de terra batida onde as calçadas eram inexistentes.

Certo número de edificações possuía comércio na frente e residência nos fundos, outras se distribuía em comércio na frente, residência no meio e quartos para aluguel nos fundos. Conviviam trabalho e habitação, família, inquilino e, às vezes, empregados na mesma construção (os dois últimos em edículas de fundo de lote). Eram formas de organização dos grupos familiares e de relacionamento entre casa, trabalho e cidade distantes da privacidade burguesa dos palacetes Ecléticos, que remetiam a modos de vida do Brasil colonial e da

Europa medieval¹³, remanescentes até bem pouco tempo nas duas situações. Nos sobrados, com exceção do Grêmio Renascença 31, era comércio embaixo e residência em cima. Estes e as edificações térreas de comércio e parte das de moradia estavam no mesmo nível da rua. As residências restantes elevavam-se em relação à via, mas não com o uso de assoalhos de madeira e de seus respectivos porões ventilados denunciados pelas aberturas nas fachadas, como flagram as fotografias. As casas se elevavam da rua por meio de aterros e o mais provável é que resolvessem os problemas de impermeabilização do solo com o uso de tijolos ou de ladrilhos hidráulicos no revestimento dos pisos, essa última técnica já comum no meio construtivo brasileiro. O fato de existirem prédios em níveis diferentes em relação à rua, e outros no mesmo nível, mas com pés-direitos distintos, causava entre construções vizinhas o desencontro de telhados, aberturas (portas e janelas) e platibandas. Preocupações estéticas, como o alinhamento de aberturas, e construtivas, como o alinhamento das cumeeiras para evitar infiltrações pelas empenas laterais, comuns em algumas cidades brasileiras desde a colônia¹⁴, eram inexistentes (imagem 4).

As construções por dentro e suas relações com os espaços públicos

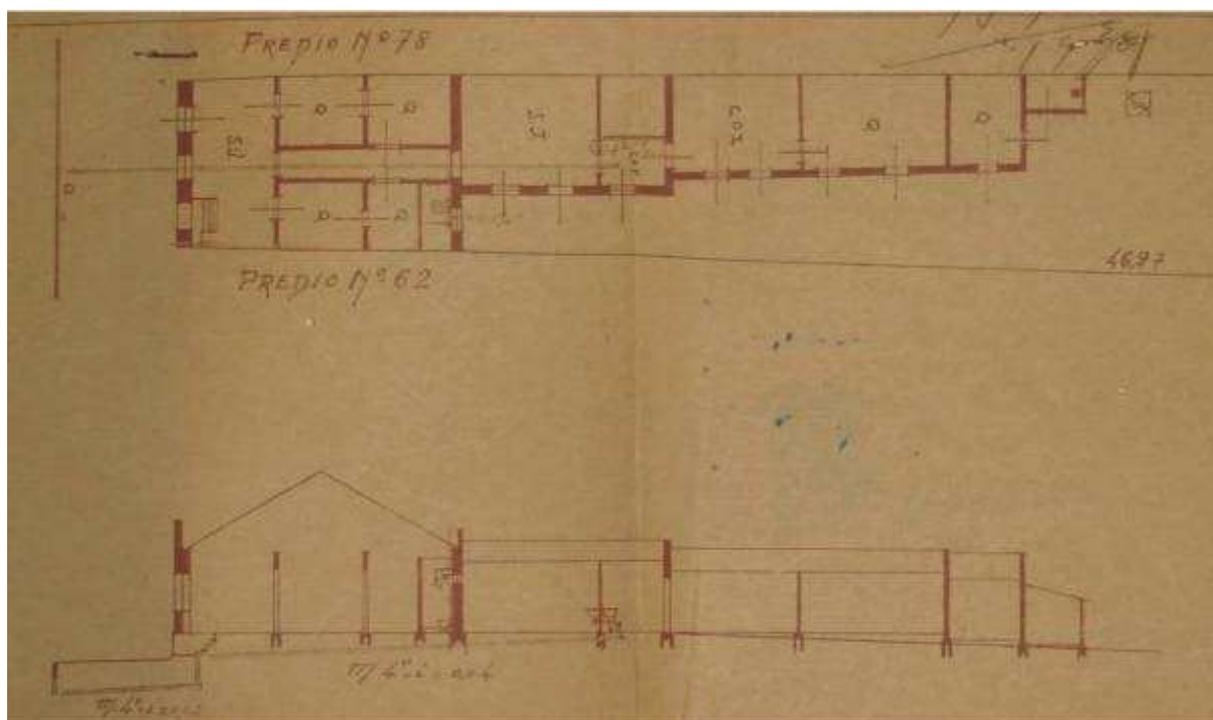
A descoberta das plantas de alguns desses edifícios, enviadas à prefeitura para o pedido de ligação dos serviços de água e esgoto logo após a sua inauguração, em 1939, nos permitiu adentrar e conhecer os usos e a espacialização dessas construções, muitas com origem no século XIX. Os desenhos são poucos, não chegam a flagrar nem dez prédios. Porém, com esse material em mãos e tendo a consciência de que Campina Grande chegou à década de 1930 com certa homogeneidade nas relações estabelecidas entre cidade, lote e construção, e que isso geralmente levava a um tipo pouco variável de planta, podemos estender, com alguma certeza, esses modelos encontrados a outros endereços da rua Maciel Pinheiro e a boa parte da cidade.

A distribuição espacial mantinha majoritariamente os modelos coloniais, praticamente repetindo os padrões descritos pela história da arquitetura brasileira para outras regiões do país, reproduzidos com poucas alterações durante grande parte do século XIX (REIS FILHO, 1970, p.136; LEMOS, 1989). As construções eram alongadas, determinadas pelo próprio formato estreito e comprido dos lotes. Internamente, pouco mudava entre as residências, no

¹³ Para esse tipo de moradia na Europa, ver Hall (1991) e Rybczynski (2001), principalmente o capítulo *Intimidade e Privacidade*.

¹⁴ Sobre o assunto, ver Lemos (1999, p.13) e Reis Filho (1970, p.24).

máximo com o aumento do número de cômodos. Quando não existia comércio na frente, a sala de estar dava para a rua e ocupava toda a testada do terreno, o que a tornava extremamente devassada pelos passantes, principalmente nos dias de feira, já que a rua se enchia de gente de todos os lugares. Privacidade um pouco maior só nas casas elevadas e nos poucos sobrados. A sala de jantar abria-se para o quintal e frequentemente se estendia em toda largura do lote. Um corredor, às vezes lateral e às vezes central, dependendo da quantidade de cômodos, levava do estar ao jantar, praticamente conduzindo a pessoa do começo até o fim da casa. Ao longo dessa caminhada ficavam os quartos principais, as chamadas alcovas, sem possibilidade de aberturas para o exterior. A ventilação era indireta e iluminação natural só era possível em ambientes limítrofes com a frente ou com os fundos da construção (imagem 6).



6. Espacialização com heranças coloniais. Pedido para a ligação dos serviços de água e esgoto da casa nº. 70 da rua Maciel Pinheiro, 1939. **Fonte:** Arquivo Público Municipal de campina Grande.

A cozinha ficava após a sala de jantar, em um compartimento menor, ocupando geralmente meia largura do lote. Esse arranjo, ao mesmo tempo em que possibilitava que a cozinha se abrisse para o quintal, permitia que o contato da área externa com a sala de jantar fosse mantido. Pela própria natureza dos seus usos, a relação entre cozinhas e quintais sempre foi uma constante. Além das fumaças e dos odores bem e malcheirosos que careciam ser eliminados para fora da casa, sem que se espalhassem pelos seus demais cômodos, entre esses dois espaços se realizava uma série de atividades rotineiras, intensas, que precisavam ficar

próximas, como a busca de lenha, de água na cisterna e de alimentos que eram plantados ou criados no quintal, como porcos e galinhas. Um exemplo de como era o cotidiano nessas cozinhas, e que nos mostra como as sensibilidades higiênicas da época eram outras, poderia ser visto no hotel de Zé Bernadino, que ficava bem perto da Maciel Pinheiro, na rua Monsenhor Sales, onde “os gatos e cachorros davam vida popular” e “lá para trás os animais e galinhas misturavam-se com as cozinheiras” (MACHADO, 1983, 1984). Os “porcos comiam por debaixo da meza [sic] onde serviam-se os hospedes mais ilustres e os cavallos de seu Zé pastavam na cocheira erguida no quintal, que não tinham diferença de algumas de nossas ruas de hoje, em tempo de inverno” (PIMENTEL, 1937).

Como não havia redes domiciliares de abastecimento de água e coleta de esgoto, praticamente inexistiam instalações hidráulicas em cozinhas e banheiros. Estes, até 1924, “eram primitivas sentinas no fundo dos quintais” (CÂMARA, 1947, p.100), edículas dotadas de escavação no solo para dejeções. Câmara (1943, p.65) relata que em meados do século XIX as fezes das latrinas transbordavam para os córregos, que em dias de chuva eram arrastadas para os açudes que abasteciam a cidade. E isso continuou até os novecentos. As memórias de infância de Cristino Pimentel (1897-1971) contam que pela Rua Treze de Maio (antiga Rua do Açude Novo) “passavam os comboieiros do sertão, e os presos acorrentados, com as ‘cubas’ de merda para despejarem bem perto das águas que a gente bebia” (PIMENTEL, 2001, p.85), adaptando para o contexto campinense um hábito de se livrar dos dejetos que foi comum em cidades litorâneas dos tempos do Brasil colonial e imperial, quando os escravos lançavam no mar os esgotos das casas armazenados em barris de madeira, os chamados tigres, para que a maré os levassem¹⁵. No mesmo Açude Novo, os encarregados da limpeza pública despejavam “todo o lixo apanhado nas ruas e nas casas particulares” (HIGIENE..., 1931), isso quando não era jogado nas valetas profundas abertas pela chuva nos leitos descalços da cidade. Na ausência de banheiros nas residências, os demais logradouros públicos também viravam lugares para dejeção. O cemitério das Boninas servia de mictório e latrina, era um “fóco de imundices” (CEMITÉRIO, 1909). A rua Venâncio Neiva possuía nomes que diziam muito dos seus antigos usos: beco da merda ou beco do mijo.

As primeiras intervenções físicas nas moradias com o intuito de dar outro destino aos dejetos, de que temos notícia, aconteceram em 1924, quando “os médicos de higiene deram início às

¹⁵ Cf. Agra (2006, p.36).

intimações para a construção de gabinetes com fossas”, mas ainda sem o uso de bacias sanitárias com descarga, que só apareceram a partir de 1930 e se generalizaram depois dos sistemas de água e esgoto (CÂMARA, 1947, p.100). Com as fossas, muitos banheiros saíram dos fundos dos lotes e foram anexados às construções, porém ainda fora de casa, depois da cozinha. O funcionamento era precário, não mecanizado, dependendo em tudo da relação com o quintal: desde a proximidade com a fossa até os baldes d’água que serviam de descarga. Os odores fortes e os demais problemas de higiene provenientes dessa precariedade técnica em resolver o destino dos dejetos humanos inviabilizavam a multiplicação e a instalação de banheiros nas proximidades das áreas sociais e íntimas, como temos hoje. Os urinóis continuavam como peças indispensáveis nas alcovas.

Assim como o livrar-se dos dejetos, o precário abastecimento de água exercia sua presença sobre a rotina e os espaços das casas e da cidade, impregnando a paisagem urbana de cenas e personagens outrora comuns em locais que já possuíam seus modernos sistemas de condução de água tratada até as residências. Os pobres utilizavam as águas do Açude Velho e do Açude Novo, que eram as “únicas fontes em que se abastecem as classes menos favorecidas da cidade” (OBRAS..., 1929). Outros compravam água nos açudes privados do município ou eram abastecidos diretamente pelos aguadeiros, carregadores e vendedores de água em domicílio (imagem 7). Os que podiam, construía cisternas nos seus quintais, onde armazenavam as águas das chuvas que caíam sobre os telhados. Muitos possuíam “possantes cisternas completamente cheias, só abertas pelos proprietários para a venda ao público quando lhes” era “possível reputar mais alto preço”, só depois que “os carregadores do precioso líquido” anunciavam “a sua escassez nos reservatórios da cidade” (COMEÇA A HAVER..., 1937). Daí o porquê da grande quantidade de pedidos para a construção desses reservatórios e de fossas por toda a cidade antes dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto¹⁶.

Tomar banho era um hábito nem sempre realizado no banheiro. Muitas casas não o possuíam e algumas que o possuíam só reservavam espaço para a latrina. Assim como a lavagem de roupas, a higiene do corpo era uma atividade costumeiramente desenvolvida fora da privacidade das casas, principalmente para os mais pobres que moraram nos cortiços e nas casas de taipa, muitas preventivamente dispostas às margens do Açude Velho. É provável que

¹⁶ Todas essas formas de uso da casa e da cidade e seus respectivos personagens eram comuns até o século XIX em muitas cidades brasileiras e européias. Para a Europa, ver Guerrand (1991), Rybczynski (2002) e Béguin (1991). Para o Brasil, ver Reis Filho (1970), Homem (1996), Lemos (1989), Freyre (1977), Pinheiro (2002) e Simões Junior (2004).

a maior parte das mulheres e os mais pudicos e elitizados tomassem banhos de bacia na intimidade dos seus lares. Já Pimentel (2001, p.86) nos conta que, quando criança, o seu avô o levava todos os dias para tomar banho no Açude Velho “na hora dos pássaros alvorearem”. Almeida (1962, p.113-114) relata que, entre outros benefícios, o Açude Velho servia de banheiro público, principalmente para homens e crianças. Alguns dispositivos municipais tentaram regularizar o uso das suas águas ainda no século XIX, determinado, dentre outras coisas, “que nenhuma pessoa maior de sete anos poderá banhar-se de dia no Açude Velho desta cidade, incorrendo o infrator na multa de 20 cruzeiros e no duplo na reincidência”.



7. Até a década de 1930, os aguadeiros realizavam boa parte do abastecimento de água da cidade. **Fonte:** Sylvestre (1993, p.259).

Apesar da proibição e da pesada multa, continuaram os banhos, só diminuindo no inverno, pois outro local mais conveniente não havia para as abluções matinais. No verão, desciam em fileiras os banhistas, continuamente, de chinelas e toalha no ombro, conversando alto, para a ilusória limpeza do corpo na água impura e contaminada do açude público. O espetáculo não passou despercebido a Celso Mariz. Relembrando as suas impressões de criança, nas estadas em Campina Grande, na primeira década do século, contou numa conferência que “o grande banho popular, o mais fresco, o mais alegre, o mais gostoso na comunhão do ar e do testemunho das lavadeiras era o Açude Velho”. Crescia a cidade, residências eram construídas nas proximidades do reservatório, e o velho hábito não sofria restrições (ALMEIDA, 1962, p.114).

O mesmo acontecia no Açude de Bodocongó, no qual as

[...] pessoas residentes nas [suas] proximidades [...] trouxeram-nos uma justa reclamação a respeito dos banhos publicos no açude daquelle adiantado

suburbio. Há muitas casas nas imediações do açude, além da Fábrica e da estrada que passa por sobre a sua barragem, muitíssimo transitada, como sabem, por pedestres e automóveis. Pois, grande número de despidorados senhores, banham-se nas margens mais próximas, à vista de quem quer que passe pela estrada, em roupas de Adão, e com uma semcerimonia de metter raiva aos moradores daquellas circunvisinhanças, conforme nos assegurou um dos reclamantes, aliás pessoa idonea. Com vista á policia para prohibir terminantemente o abuso e ao Estado, para mandar construir banheiros apropriados (QUEIXAS..., 1928).

Breves considerações

A partir do exposto, verificamos que a estrutura de lotes estreitos que se conservou nas áreas de ocupação mais antiga da cidade, reproduzida à exaustão nas regiões de expansão pós-ferrovia; a ausência de técnicos especializados em projetos de edificação com escritório estabelecido na cidade até o início dos 1930 (arquitetos, engenheiros, desenhistas), que, de alguma forma, impulsionassem a adoção de novos padrões construtivos; a não intervenção do poder público de maneira incisiva na espacialização interna das construções até o começo da mesma década, no sentido de exigir recuos para iluminação e ventilação das alcovas; o baixo poder de renda de grande parte da população e a precária infra-estrutura da cidade levaram à continuação majoritária dos modelos coloniais de produção e uso da rua e da casa até a década de 1930, algo que não foi exclusivo só a Campina Grande. O gregarismo entre os prédios advindo desses procedimentos de construção levava ao máximo de aproveitamento de cada terreno e predispunha um arranjo de planta que secularmente fazia parte do repertório das pessoas comuns, dos mestres-de-obras e dos pedreiros. Além do mais, não existiam empecilhos para a reprodução desses padrões até então.

Referências

- AGRA, G. F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.
- ALMEIDA, E. **História de Campina Grande**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 1962.
- ARANHA, G. B. **Campina Grande no espaço econômico regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro. 1991. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II, Campina Grande, 1991.
- CÂMARA, E. **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Moderna, 1943 (Reimpressão de 1999 pela Editora Caravela).
- _____. **Datas campinenses**. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1947 (Reimpressão de 1998 pela Editora Caravela).
- CARVALHO, J. L.; QUEIROZ, M. V. D.; TINEM, N. Trem veloz, rupturas lentas: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande (1907-1935). In: **Anais do**

XII Encontro Estadual de História da ANPUH/PB. História e multidisciplinaridade: fronteiras e deslocamentos. Cajazeiras: UFCG/ANPUH-PB, 2006.

CARVALHO, J. L.; TINEM, N. Arquitetura e as ruas do centro de João Pessoa. In: TINEM, N. (org.). **Fronteiras, marcos e sinais:** leituras das ruas de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2006.

CEMITERIO. Jornal **O Campina Grande**, Campina Grande, 28 ago. 1909.

COMEÇA A HAVER falta d'água nessa cidade. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 27 out. 1937.

CORREIA, T. B. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950.** São Carlos: Rima, 2004.

FABRIS, A. (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira.** São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos.** 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/MEC, 1977.

GUERRAND, R. Espaços privados. In: PERROT, M. **História da Vida Privada:** da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HALL, C. Sweet home. In: PERROT, M. **História da Vida Privada:** da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HIGIENE na cidade. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 22 ago. 1931.

HOMEM, M. C. N. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEMOS, C. A. C. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, A. (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira.** São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

_____. **História da casa brasileira.** São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A república ensina a morar (melhor).** São Paulo: Hucitec, 1999.

MACHADO, S. Ruas de Campina. Revista Tudo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 24 jul. 1983 – 22 jan. 1984.

OBRAS do novo prefeito. Jornal **O Século**, Campina Grande, 2 mar. 1929.

PIMENTEL, C. Coisas da cidade. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 17 nov. 1937.

_____. **Mais um mergulho na história campinense.** Campina Grande: Caravela, 2001.

PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia:** difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2002.

QUEIXAS & reclamações. Jornal **O Século**, Campina Grande, 3 nov. 1928.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

RYBCZYNSKI, W. **Casa:** pequena história de uma idéia. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SIMÕES JUNIOR, J. G. **Anhangabaú:** história e urbanismo. São Paulo: SENAC / Imprensa Oficial, 2004.

SOUSA, A. **Arquitetura neoclássica brasileira:** um reexame. São Paulo: Pini, 1994.

SYLVESTRE, J. **Da revolução de 30 à queda do Estado Novo:** fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1993.

TINEM, N. (org.). **Fronteiras, marcos e sinais:** leituras das ruas de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2006.